

# ALIENAÇÃO NO TRABALHO<sup>1</sup>

Christoph HENNING<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** Com a intensificação do trabalho nas últimas décadas, houve um novo aumento das queixas relativas a fenômenos de alienação. Mas o que é alienação? Partindo das transformações do mundo do trabalho, este artigo reformula a teoria marxista da alienação, de modo a reconectá-la às pesquisas de sociologia do trabalho e também a problemas práticos. Nesse sentido, são postas em primeiro plano quatro dimensões qualitativas da descrição da alienação, bem como quatro fatores que podem explicar o surgimento de experiências de alienação.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Alienação. Marxismo. Teoria crítica.

## Introdução

Que muitos se perguntem pelo sentido de seu trabalho está relacionado ao fato de que, nas últimas décadas, o trabalho de muitos, apesar – ou por causa – das novas invenções, tornou-se mais exaustivo e desagradável. Com a taylorização da parte administrativa e a coerção à documentação (por exemplo, na área de enfermagem), as profissões de prestação de serviços passaram a apresentar uma intensificação e um monitoramento do trabalho que há muito já podiam ser observados no trabalho manual. O emprego em *call centers*, uma das atividades mais ingratas do atual mundo do trabalho, é utilizado cada vez mais como exemplo pela psicologia e pela sociologia do trabalho para a discussão do aumento de experiências de alienação (cf. WEBER, 2006; RAGHURAM, 2013). Essas análises são relevantes também

---

<sup>1</sup> Tradução: Erica Castro. Revisão: Arthur Bueno.

<sup>2</sup> *Junior Fellow (Privatdozent)* – Centro Max Weber de Estudos Sociais e Culturais Avançados – Universidade de Erfurt. Erfurt – Alemanha. christoph.henning@uni-erfurt.de.

para outras formas de trabalho. Com o crescente processo de intensificação e monitoramento do trabalho e o simultâneo imperativo de mostrar-se sempre criativo e autodeterminado, também em profissões altamente qualificadas podem se produzir nexos com fenômenos como o *burnout* e doenças depressivas provocadas pelo trabalho (KARGER, 1981; JERICH, 2008). Mas o que é, afinal, alienação, e como ela se relaciona ao trabalho?

No que se segue, após algumas observações introdutórias acerca da relação entre trabalho e alienação (2), eu gostaria de reformular, em alguns de seus traços essenciais, as ideias centrais da teoria da alienação de Karl Marx, uma vez que ela ainda representa a proposta teórica mais relevante para o deciframento das experiências de alienação. Desse modo, explicarei primeiro *do que* podemos nos alienar durante o trabalho (3), para então abordar os diferentes motivos *pelos quais* nos alienamos (4) – e quais as possibilidades de resistir a isso (5). Tal reformulação é necessária porque, nas atuais filosofia e teoria sociais, circulam interpretações desse teorema estranhamente metafísicas, que impedem de modo desnecessário uma aplicação produtiva da teoria da alienação a experiências de trabalho atuais.

## **Trabalho e alienação**

A palavra alienação significa que algo se torna estranho para nós, algo que, em regra, não experimentamos como estranho; ou seja, que uma expectativa é frustrada. Isso pode ocorrer no âmbito familiar, por exemplo, quando um parceiro ou parente não tem mais nada a nos dizer; ou no âmbito político, quando as pessoas não conseguem mais desenvolver relação alguma com “seus” governantes ou instituições. Outro campo de experiências de alienação, amplamente tematizado pela teoria social até algum tempo atrás, é o do trabalho. Isso se deve a diversas razões. Por um lado, porque, dizendo-o honestamente, passamos muito mais tempo no trabalho do que com nossas famílias ou parceiros. De acordo com várias estatísticas, muitas pessoas gastam de duas a três horas por dia diante do televisor. Realizamos essa atividade “em conjunto” apenas em sentido restrito; ela deve, pois, ser subtraída do tempo passado em comum.<sup>3</sup> Em contrapartida, a jornada de trabalho de muitas pessoas abrange um terço do

---

<sup>3</sup> Ver p. ex.: <http://de.statista.com/statistik/daten/studie/2913/umfrage/fernsehkonsum-der-deutschen-in-minuten-nach-altersgruppen>. Acesso em: 5/10/2015.

dia: oito horas ou mais, somando-se ainda o tempo gasto nos trajetos (horas extras, parcialmente remuneradas, e “bicos” não são exceções), e isso nas melhores décadas de suas vidas. Já por razões ligadas ao tempo, portanto, é aconselhável procurar sobretudo no trabalho as causas de possíveis alienações. Além disso, uma grande parte de nossos contatos sociais e de nossa identidade deriva de contextos profissionais; é difícil repressar o que acontece ali em “papéis” delimitados, como se o trabalho fosse apenas uma parte desimportante de nossa vida, que não teria efeito algum sobre o resto dela.

No âmbito do trabalho, no interior das economias capitalistas, estamos inseridos numa insólita estrutura composta de vontade livre e coerção: via de regra, ninguém nos força a um *determinado* trabalho e, no entanto, estamos expostos a coerções anônimas. Sem trabalho não há renda: existe uma pressão econômica que nos impele ao trabalho – o que, desde as Reformas Hartz,<sup>4</sup> também é politicamente sancionado. Além disso, numa sociedade do trabalho, há fortes expectativas sociais que também exercem uma pressão conformista, fazendo com que o fato de não trabalhar tenha de ser explicado – como em Zurique, onde bancários demitidos agem como se continuassem indo ao trabalho: eles saem de casa pela manhã vestindo seus ternos e tomam o transporte público, de modo a não levantar suspeitas nos vizinhos. Esta é uma forma inusitada de representar um papel: representamos a nós mesmos, em um papel anterior, simulando um trabalho.

Uma vez que se consegue um emprego fixo, segue-se outra mescla de liberdade e coerção: é verdade que, via de regra, não há mais um supervisor atrás de nós; no entanto, a autonomia no trabalho tem, na maioria dos casos, limites bem claros: há superiores e metas preestabelecidas, pois a empresa ou o departamento onde colocamos à disposição a nossa força de trabalho não nos pertence, e só há direitos de autodeterminação ou de participação em âmbitos restritos. Os superiores têm interesse que trabalhemos com a maior eficácia possível, que forneçamos bons produtos ou “performances”, que a instituição atinja bons (ou seja: crescentes) índices de vendas ou boas avaliações e que, no fim, entre dinheiro suficiente. Tudo isso é preestabelecido e, se for necessário, explicado em conversas com

---

<sup>4</sup> São chamadas de Reformas Hartz as recomendações surgidas de uma comissão criada em 2002 para propor reformas no mercado de trabalho alemão. (N.E.)

os funcionários. Quanto menor a margem de manobra no trabalho, mais rápido pode surgir o sentimento de que as atividades exercidas perdem o sentido.

Uma objeção a esse argumento poderia ser: “isso é normal”. Se algo é normal, afirma essa objeção, seria difícil que estivéssemos alienados em relação a isso. A objeção pode ser respondida. Poderíamos questionar já o seu pressuposto: por que não seria possível nos alienarmos de algo que “sempre foi assim”, como dos costumes numa família ou numa comunidade, ou seja, de normalidades imputadas? Poderíamos ainda argumentar em diferentes níveis: pode haver novos fenômenos na condução de uma empresa, na gestão de pessoal ou nas técnicas de controle que, até pouco tempo atrás, não eram a regra – pensemos nas câmeras de vigilância nos supermercados, que não visam possíveis furtos, mas antes os *vendedores*, ou no monitoramento ininterrupto dos atendentes de *call centers*.<sup>5</sup> Nem sempre foi assim. E, finalmente, nada indica que aquelas experiências que apontam para algo distinto da alienação têm de ser feitas no próprio contexto profissional. Algo do tipo certamente acontece: por exemplo, experiências de espírito de equipe ou de autonomia em relação à direção, as quais podem então ser minadas por mudanças na organização do trabalho. No entanto, posso me alienar também de compreensões de papéis que, em *outros* contextos, assumi como meus. Eu poderia então tentar permanecer fiel a essa compreensão de papel também no trabalho. Nesse caso, eu não estaria alienado de mim mesmo, mas do trabalho, que se torna um mero “emprego” ao qual devo me ajustar. Minha relação com a própria atividade profissional seria fria (sem ressonância).

Nada disso é segredo. Podemos supor que experiências de alienação numa modernidade tardia, desenvolvida de modo neoliberal, voltem a crescer no contexto de uma crise permanente (YUILL, 2011). São outras as razões que explicam por que, durante muito tempo, não se falou disso na teoria social (Jaeggi [2005], por exemplo, considera antiquadas as premissas mais antigas, de Rousseau a Marcuse, e não faz mais nenhuma referência ao trabalho). Trata-se aqui menos de uma diminuição real de experiências de alienação, ou de um “fracasso” das teorias da alienação, do que de um fenômeno em voga nos círculos intelectuais estabelecidos e que atua de maneira conformista: desde os anos 1990 é considerado deselegante,

---

<sup>5</sup> Wolfgang Weber (2006, p. 65) fala de um *panopticum* foucaultiano.

nos círculos acadêmicos mais influentes, ocupar-se com temas de acento marxista. Mas esse não é mais o caso: nesse meio tempo, as teorias marxistas retornaram à ciência (mesmo que, por vezes, os próprios marxistas não liguem muito para a alienação). Por conseguinte, numa tal situação é necessário refletir novamente sobre o que pode ser resgatado do antigo espólio para os novos tempos e a análise de problemas atuais. É com essa intenção que devem ser entendidas as considerações seguintes.<sup>6</sup>

## O que é alienação? Fatores descritivos

A teoria marxista da alienação ainda representa uma proposta teórica relevante para o deciframento de experiências de alienação. Eis por que começo pela sua reformulação. Em primeiro lugar, tratarei *do que* podemos nos sentir alienados no âmbito do trabalho, pois é neste ponto que interpretações conhecidas, de Helmut Plessner a Michel Foucault, não veem mais sentido algum. Elas sugerem que deveríamos primeiro construir um ideal metafísico ou histórico da “vida verdadeira” para então poderemos criticar a alienação – contudo, justamente tais noções ideais seriam ilusórias.<sup>7</sup> Isso é um equívoco no nível mais fundamental: esse exagero metafísico é imputado a Marx antes de tudo por essas próprias interpretações. Pode-se criticar a alienação também sem um ideal metafísico. Do que se trata? Marx diferencia a possível alienação do trabalhador do próprio produto (1), da própria atividade (2), de si mesmo e de sua natureza (3) e, finalmente, de outras pessoas (4). Como é possível representar, nessas dimensões, relações bem-sucedidas sem a imputação de transcendências?

### *A relação com os produtos*

Marx introduz a alienação num *nível objetivo*: trata-se, de início, de uma relação entre um sujeito e um objeto produzido

---

<sup>6</sup> Recorro no que se segue a Henning (2015, cap. 6), onde se encontram explicações mais detalhadas.

<sup>7</sup> “Para poder mensurar a alienação [...] é necessária a ideia de uma vida ou de um trabalho ‘verdadeiros’ ou ‘corretos’, que está ausente nos contextos da alienação – e justamente essa ideia não pode ser definida de modo plausível”, já que ela exige “um conceito da ‘verdadeira natureza humana’ ou da ‘vida correta’ e, assim, parece implicar uma suposição essencialista” (ROSA, 2012, p. 411). Jaeggi (2005, p. 34) critica, além disso – como Plessner – que se trataria, na crítica à alienação, de uma “reapropriação de algo que já existe”. Ver HENNING, 2015, p. 141 ss, 194 ss.

por este sujeito. O fato de começar pelas coisas rendeu a Marx a crítica de conceber as pessoas como trabalhadores isolados e não como seres sociais.<sup>8</sup> A sociedade surgiria então como algo produzido, e não como algo configurado de maneira comunicativa (HABERMAS, 1985, p. 95 ss). Mas essa acusação é muito simplificadora. Quem pretende negar que as pessoas sejam seres sociais? Um nível tão elevado de abstração estará sempre correto; nos detalhes, porém, não diz muita coisa. Está correto o fato de que produzimos coisas, quase sempre, em contextos sociais. Mas os contextos podem ser constituídos de diferentes formas. Não é a simples exteriorização em produtos que constitui a alienação. Isso só viria a ser afirmado por Georg Simmel, para quem nossos produtos, numa “tragédia da cultura”, adquiririam quase automaticamente uma vida própria, tornando-se assim estranhos a nós.<sup>9</sup> Em Marx, não é isso que leva à alienação, mas somente uma determinada forma de *apropriação* dos produtos. Se, no capitalismo, o capital dispõe da força de trabalho, ele dispõe também de seus produtos. Uma alienação do produto repousa no fato de que alguém, que não o próprio produtor, o controla. “Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se ele lhe é um poder estranho, isso só é possível devido ao fato de este pertencer a *outra pessoa que não o trabalhador*” (MEW 40, p. 519).

Como podemos então imaginar o reverso disso? Para tanto, não é necessário remontarmos à Idade Média, onde os artesãos ainda possuíam seus meios de produção e fabricavam sozinhos seus produtos (embora autores, de Novalis a William Morris, tenham utilizado esse argumento). Pois as crianças no jardim de infância já produzem seus próprios produtos, quando pintam imagens e as dão de presente. Também os adultos interagem frequentemente com coisas que eles mesmos fizeram (bolos, por exemplo). Isso não tem nada de misterioso: enquanto tivermos certa autodeterminação sobre nossos produtos, podemos nos reconhecer neles. Nisso se baseia a lealdade do trabalhador qualificado à “sua” empresa. Logo, a divisão do trabalho por si só não gera *automaticamente* alienação (SCHUMANN, 2000).

---

<sup>8</sup> O mundo material foi reabilitado posteriormente por Bruno Latour e Tilmann Habermas. Devo a um revisor anônimo a referência a Ottomeyer (1977).

<sup>9</sup> “A vida criativa engendra de maneira constante algo que não é a própria vida, algo no qual ela de certo modo malogra” (SIMMEL, 1957, p. 99). Para a crítica dessa perspectiva, ver HENNING, 2015, p. 134 ss.

Há boas razões, portanto, para iniciar com o nível objetivo: é verdade que a produção está em geral enredada em relações sociais; contudo, ela pode dar vazão à expressão e ao exercício de nossa individualidade. Isso não acontece apenas com os artistas. Não precisamos para tanto necessariamente dos outros; ao contrário, eles podem até nos atrapalhar (para Humboldt [2010, p. 274], a produtividade científica pressupõe certa *solidão*). Boa parte da identidade social que “elaboramos” para nós devemos a tais produtos, que são admitidos na interação social e atribuídos à nossa personalidade (pessoa A é conhecida por sua atividade cênica; pessoa B, pelos deliciosos bolos que prepara etc.).<sup>10</sup> Quando a autonomia na conformação dos produtos nos é dificultada, algo não vai bem. É por isso que os gurus da felicidade nos aconselham a fazer mais coisas por conta própria. Para tais experiências de autoeficácia, não precisamos nem de uma transcendência nem da pré-modernidade; elas estão abertas a qualquer pessoa. Essas experiências de apropriações bem-sucedidas de produtos próprios constituem o pano de fundo da avaliação negativa de formas de atividade nas quais isso pouco ou não mais ocorre.

### *A relação com a própria atividade*

Quem não pode dispor de seus próprios produtos geralmente tem pouco poder de decisão sobre a *forma* que estes assumem. Se uma pessoa pode fazer algo muito bem, mas uma coerção social a impede de exercer essa atividade (ou se ela só consegue realizá-la sob o controle de outros, que venderão os produtos como sendo deles próprios), isso danifica sua relação com aquela capacidade. “Porém, a alienação não se revela apenas no resultado, mas também no ato de produção, no interior da própria atividade produtiva”. Para Marx, isso leva o indivíduo a “não afirmar-se em seu trabalho, mas sim a negar-se, a não sentir-se bem, mas sim infeliz, a não desenvolver energias psíquicas ou intelectuais livres” (MEW 40, p. 514).

Quando uma pessoa tem o poder de dispor sobre a força de trabalho das outras, para estas últimas uma autodeterminação das próprias atividades (“autoatividade”, MEW 3, p. 67) é possível apenas de modo restrito. A alienação não é, portanto, de

---

<sup>10</sup> Marcel Mauss (1990, p. 52) fala de uma “mistura entre pessoas e coisas” na troca de dádivas. O que significa algo como: aquele que presenteia dá uma parte “de si mesmo” (MAUSS, 1990, p. 35).

forma alguma pensada de modo pré-social. Se alguém, por conta de coerções externas ou internalizadas, deve constantemente fazer algo diferente do que desejaria, algo também não vai bem. Sua relação consigo mesmo só poderá permanecer intacta a longo prazo por meio de construções auxiliares. Dentre as quais está a “vida imaginada” da qual falavam as trabalhadoras entrevistadas por Arlie Hochschild (2003): na verdade, elas viviam de maneira inteiramente diferente, mas nunca o demonstraram.<sup>11</sup> Se não nos refugiamos nesse eu ideal imaginado (o prospecto envernizado da própria vida), somos forçados à constante adaptação àquelas exigências que, segundo Hochschild, constituem também critérios sobre como devemos nos sentir (“*feeling rules*”). Se seguissemos invariavelmente estes últimos, o eu seria sempre um outro de acordo com o respectivo contrato de trabalho. Podemos, assim, rapidamente nos tornar estranhos a nós mesmos. Segundo relatos, esse é exatamente o sentimento de esgotamento emocional: ao cinismo forçado em relação às próprias emoções segue-se, em algum momento, um arrefecimento interior. A alternativa, portanto, é: ou construir uma distância em relação às próprias atividades profissionais, permanecendo em boa medida alheio a elas; ou abandonar-se a elas, sob o risco de perder o controle e acabar por tornar-se estranho a si mesmo. A primeira experiência será buscada sobretudo nas atividades da linha de produção; a última, por exemplo, no setor criativo, onde são admitidas “energias livres” que, no entanto, são instrumentalizadas para a maximização do lucro (cf. HESMONDHALGH, 2010; HENNING, 2017).

Como é possível conceber, diante de perspectivas tão áridas, uma relação bem-sucedida com a própria atividade, sem sermos românticos? Uma determinação da própria atividade não é incomum: em princípio, todos podem decidir por conta própria não apenas o *que* querem produzir, mas também como, quando ou com quem. Com toda razão, isso pode ser considerado parte das capacidades fundamentais do ser humano (as “*capabilities*”): decidimos em cada refeição que preparamos se haverá massa ou arroz, se a massa terá um ponto mais duro ou mais mole etc. Porém, isso não significa que de fato agimos livremente a todo momento, mas tão somente que *podemos* fazê-lo – e desse modo sabemos como se dá. Não nos alienamos de igual modo

---

<sup>11</sup> Referência ao chiste de Ödön von Horvath: “Na verdade, sou inteiramente diferente, mas raramente o demonstro”. [N.E.]



diante de toda coerção objetiva, mas sim quando outros decidem permanentemente sobre o emprego de nossas capacidades. E isso pode acontecer tanto no âmbito do trabalho assalariado quanto na família ou no exército.<sup>12</sup>

### *A relação com a natureza*

A natureza é outra dimensão da qual podemos nos alienar. Falar em natureza remete tanto ao próprio corpo quanto à natureza externa a nós. “Ao retirar do homem o objeto de sua produção, o trabalho alienado retira dele sua vida genérica. [...] Ele aliena o homem de seu próprio corpo, assim como da natureza externa a ele” (MEW 40, p. 517).

Aqui devemos considerar ainda o seguinte: uma natureza totalmente não mediada suscita “um medo cósmico” (BAKHTIN, 1995, p. 142 ss).<sup>13</sup> Pensemos em Majestix, o chefe da aldeia de Asterix, que teme que o céu lhe caia sobre a cabeça. Alguém que ainda não vivenciou uma tempestade (ou algo parecido em seu próprio corpo) irá assustar-se bastante. Para tranquilizar essa pessoa, é preciso uma explicação ordenadora, uma mediação. Outra instância fundamental dessas mediações com a natureza é, além das narrativas, o trabalho: o trabalho sobre a natureza produz um efeito de confiança.

Por meio dele [trabalho], a natureza surge como sua obra e sua efetividade. O objeto do trabalho é, desse modo, a *objetivação da vida genérica* do homem: na medida em que ele realmente se duplica, não apenas intelectualmente, na consciência, mas também no âmbito do trabalho, e em que olha para si mesmo, num mundo criado por ele (MEW 40, p. 517).

Por meio de seu trabalho, as pessoas criam uma cultura com a qual podem identificar-se; ao menos enquanto isso se dá em liberdade. Para Marx, o homem transforma a *natureza* em morada por meio da apropriação da cultura. Como podemos entender isso? Por exemplo, a satisfação de um criador com uma obra bem

---

<sup>12</sup> A exploração do trabalho reprodutivo das mulheres por parte dos homens (a “crua, latente escravidão na família” [MEW 3, p. 32]), é consolidada ainda hoje por papéis sexuais fixos e chances profissionais desiguais. Também pais jovens “devem” de repente fazer algo a que não estão acostumados, mas sem serem forçados por um “poder estranho” a eles; se um filho é compreendido desse modo, seria por conta de algum desajuste (“*parental alienation*”).

<sup>13</sup> Giddens (1991, p. 35 ss), retomando Peter Berger e Freud, fala em “*ontological security*”.

executada pode levá-lo a sentir-se em harmonia com a natureza: a obra concluída o deixa corporalmente satisfeito; por meio do trabalho, a natureza, na forma de matérias-primas, foi elaborada, e na forma de forças, exaurida. Com um pouco de imaginação, um criador pode até sentir o efeito das forças da natureza através de si – talvez venha daí o efeito apaziguador que a jardinagem exerce sobre muitas pessoas: cria-se em consonância com a natureza. As pessoas sentem no trabalho as suas forças, mas também os seus limites – sob os quais se escondem as forças da natureza externa, como a gravidade ou a transitoriedade que, dessa maneira, podem ser experimentadas.<sup>14</sup>

A suposição de que possa haver *distúrbios* na relação com a natureza (tanto a própria como a externa) que indiquem uma socialização mal-sucedida no trabalho é, portanto, mais uma vez, nada extraordinária. Os *burnouts* do século XXI não são menos físicos do que a pauperização do século XIX, ainda que a literatura fale, antes, da “alma” sobrecarregada do que de um corpo exaurido (ILLOUZ, 2009). A título de esclarecimento, podemos mencionar representações da alienação no cinema que trabalham com o estranhamento do corpo. Corpos humanos se transformam em máquinas ou em programas de computador, em alienígenas ou em animais.<sup>15</sup> Faz sentido, assim, associar o sucesso ou insucesso da relação humana com a natureza especialmente ao trabalho como nível elementar do confronto com a natureza.

### *A relação com os outros*

Sob todos esses aspectos, Marx é um pensador eminentemente social. Pois a alienação no âmbito social é concebida por ele ao mesmo tempo como efeito e causa dos três fatores anteriores.

O que vale para a relação do homem com seu trabalho, com o produto de seu trabalho e consigo mesmo vale para a relação dos homens com outros homens, bem como com o trabalho e com o objeto do trabalho de outros homens. Em geral, a afirmação de que

---

<sup>14</sup> Sobre a função da experiência com a natureza para uma boa vida: SKIDELSKY e SKIDELSKY, 2012, p. 162 ss, p. 176 ss.

<sup>15</sup> Robôs que são ao mesmo tempo seres humanos aparecem em: *Blade Runner* (Ridley Scott, 1982), *O Exterminador do Futuro* (James Cameron, 1984), *Robocop* (Paul Verhoeven, 1987) ou *Chappie* (Neill Blomkamp, 2015); e a animalização em: *Distrito 9* (Neill Blomkamp, 2009), *A Mosca* (David Cronenberg, 1986) e *A Metamorfose* de Kafka (1912).

o homem é alienado de seu ser genérico significa que um homem é alienado em relação ao outro, bem como cada um deles o é em relação à essência humana (MEW 40, p. 517 ss).

Se alguém se tornou estranho a si mesmo ou a sua própria humanidade, isso é também um fenômeno social. Mas como imaginar uma sociabilidade não alienada? Para que tenhamos uma ideia, temos de primeiro refletir sobre os tipos de sociabilidade mencionados até agora. Uma primeira forma já surge na relação com o próprio produto: é verdade que, na produção de coisas, não dependemos necessariamente do contato com outras pessoas. No entanto, é possível pensar em diferentes formas de relação com os outros: *em primeiro lugar*, posso colaborar com outros na produção. Uma comunidade cooperativa é mais ou menos livre dependendo do fato de o próprio grupo ou alguém de fora ter o poder de decisão sobre o produto e a atividade. *Em segundo lugar*, pode haver sociabilidade na apropriação dos produtos. Se cozinho alguma coisa, posso até comer sozinho essa refeição, mas posso também a dividir com os outros. Funda-se, assim, uma comunidade, surgem expectativas de reciprocidade. Se, por outro lado, exerço essa mesma atividade como um trabalho remunerado, geralmente sequer sou olhado pelos comensais. Estabelece-se assim um germe para experiências de alienação: minha relação com o produto pode não ser acolhida em relações sociais bem-sucedidas nem do lado da produção, nem do da apropriação.

Por fim, *em terceiro lugar*, há uma sociabilidade na relação entre os diferentes produtos. Marx fala de uma “relação do homem com [...] o objeto do trabalho de outro homem” (MEW 40, p. 518). Também a troca pode fundar uma comunidade. Alguém dá algo de si e recebe do outro algo em troca, que tem um valor de uso semelhante e manifesta, ao mesmo tempo, uma estima, porque o outro também já se expressou no produto. Eis como Marx descreve tais atos de troca não monetários: “Presumas o homem enquanto homem e sua relação com o mundo como humana, então poderás trocar apenas amor por amor, confiança por confiança etc.” (MEW 40, p. 567). Se nossa identidade social nas sociedades modernas remonta em grande medida às nossas atividades sociais e a seus produtos, que concernem aos outros, então um dano ao nosso comportamento expressivo produtivo afetará a nossa relação com os outros. Não existe mais entre

nós uma relação significativa, mas tão somente um intercâmbio funcional, mediado pelo mercado, de modo que essas relações podem empobrecer (“uma relação que apenas se apropria do produto alienado do trabalho, alienando-se a si mesma” [MEW 23, p. 167]). A relação com os outros pode se tornar irrelevante: em comparação com colegas mais próximos ou amigos de outrora, eles são, para mim, estranhos. Assim, as relações com outras relações são altamente afligidas por uma estranheza. Por outro lado, a minha autoimagem, que não se ajusta às interações atuais, pode se tornar pouco a pouco estranha a mim mesmo, e busco adaptar-me. Dessa forma, meu antigo eu se torna estranho e, no pior dos casos, eu me transformo numa pessoa conformista, negociável (Erich Fromm [1980, p. 47 ss] chamava isso de “orientação para o marketing”).

## Como ocorre a alienação? Fatores explicativos

Aquilo de que as pessoas se alienam não envolve, pois, uma metafísica ou um romantismo social da “verdadeira natureza”. Trata-se, antes, de uma fenomenologia cotidiana da modernidade industrializada: para além do trabalho, são possíveis relações bem-sucedidas com os próprios produtos e atividades, com a natureza e com as outras pessoas, ainda que de maneira frágil. As pessoas têm conhecimento de que, também no trabalho, as coisas poderiam ser diferentes, e não a partir de uma época pré-moderna ou de uma metafísica, mas desse repertório de experiências. A questão é como e por que acontece essa alienação. Nesse sentido, Marx aponta quatro fatores.

Um *primeiro* fator é a divisão do trabalho. Adam Smith, Adam Ferguson e Adam Müller já diagnosticaram que, embora a diferenciação das atividades na fábrica de fato eleve a produtividade geral (MEW 23, p. 356 ss), para o indivíduo, no entanto, restam apenas atividades monótonas, que permitem pouca “maestria” e reduzem a visão de conjunto do produto.<sup>16</sup> Esse aspecto técnico também poderia ocorrer na propriedade coletiva, quando quase ninguém mais compreende os contextos e quando as atividades vão se tornando cada vez mais estúpidas.

---

<sup>16</sup> “Um homem que passa toda a sua vida cumprindo algumas ações simples [...] não tem oportunidade de exercitar seu intelecto ou de estimular sua imaginação [...] No fim, ele se torna tão ignorante e estúpido como um ser humano pode sê-lo [...] Isto, porém, é um estágio pelo qual, em toda sociedade civilizada, o pobre trabalhador, ou seja, a massa do povo, tem de passar caso o governo não invista em formas de proteção” (SMITH, 2005, p. 805).

Pode ocorrer alienação social nesses casos se as pessoas não se percebem mais como colegas, mas como átomos alinhados, que não trabalham mais em conjunto na linha de montagem, mas tão somente lado a lado.

A alienação do trabalho por meio da divisão do trabalho pode, entretanto, ser enfrentada, caso as pessoas adquiram uma relação com as atividades dos outros por meio do trabalho em equipe, dos direitos de participação ou outras formas de intercâmbio. Tenta-se imitar algo desse tipo, de cima para baixo, por meio de técnicas de *corporate culture* ou *corporate identity*. Pode-se duvidar de que seja possível produzir isso artificialmente, uma vez que um entendimento horizontal entre colegas não significa ainda uma identificação vertical com a empresa. A divisão de trabalho torna-se certamente mais complicada por meio de sua dinâmica: como cada vez mais pessoas se encontram sob a pressão da concorrência, ninguém permanece na mesma posição. Todos são impelidos a avançar, de modo que é praticamente impossível acomodar-se às formas de atividade e produzir uma confiabilidade com a própria atividade. Em entrevistas com trabalhadores com mais de vinte anos de experiência, pode-se perceber entre eles uma nostalgia de formas mais antigas de divisão do trabalho, onde teria havido mais possibilidades de familiarização e mais acolhimento social (SCHULTEIS et al., 2010). A mudança tornou-se mais rápida, aniquilando a capacidade de “estar em casa no mundo” [*Einhausung*] (Hegel). Capacidades e habilidades sucumbem ao desgaste moral; isso dificulta atingir uma tranquilidade durante e no trabalho. É importante continuamente traçar planos e pensar em conjunto sobre o futuro.

Um *segundo* fator é a mercantilização. Quando as coisas não são mais avaliadas com base em suas propriedades qualitativas, mas apenas segundo seu valor de mercado, perde-se a referência a essas propriedades. O dinheiro arrefece, torna calculável e calculista, distancia e indiferencia (MEW 40, p. 562 ss). No *Capital*, alienação significa ainda, no sentido de Feuerbach, que as pessoas não reconhecem mais o que elas próprias produzem como sendo seu próprio produto, mas o tomam por algo estranho, que tem um poder ao qual elas em seguida se submetem – só que, neste caso, não é mais a religião, e sim a forma mercadoria.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> “O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho [...] por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total

Isso também tem efeitos sobre os próprios trabalhadores: não apenas os próprios produtos do trabalho se tornam mercadorias, como também eles mesmos: a partir das pessoas que trabalham submetidas a um outro, surge a mercadoria “força de trabalho”, que será vendida no mercado. Assim, quando uma vida própria é atribuída às mercadorias, a autocompreensão torna-se insólita.

Um *terceiro* fator é a capitalização da produção (“divisão entre trabalho e capital”, MEW 40, p. 510). Enquanto o dinheiro circula unicamente no comércio, ainda não se trata de capital moderno, no sentido de Marx. Ele só se torna capital quando é investido na produção para o mercado com o intuito de uma geração sistemática de lucro (MEW 23, p. 161 ss). As sociedades pré-capitalistas também conhecem a divisão do trabalho e o dinheiro, mas somente com a capitalização da produção a autocompreensão do trabalhador é imediatamente afetada – pois assim a sua força de trabalho se torna capital de um outro (capital variável). Isso tem um efeito secundário subjetivante para os trabalhadores, que eles têm de elaborar: eles trabalham para terceiros, para quem representam apenas um capital, do qual deve ser extraído o máximo possível.<sup>18</sup> Ainda que o capital seja de fato “meu” produto (ele é “trabalho morto”), eu agora me torno capital de um outro. No entanto, sou eu que tenho de exercer e vender esta “mercadoria força de trabalho”. Se somos forçados a desempenhar esse papel com o máximo de “autenticidade” possível, a pressão psicológica pode piorar ainda mais: não somos apenas uma mercadoria a ser explorada, mas também nossos próprios vendedores. (O que se critica aqui certamente não é a autenticidade, mas sim a coerção).

Finalmente, *em quarto lugar*, toda essa situação é opaca, o que pode fazer com que nos resignemos muito rápido a ela. Assim, “a forma autonomizada e alienada que o modo de produção capitalista em geral fornece às condições de trabalho e ao produto do trabalho em relação ao trabalhador” (MEW 23, 455) faz com que, aos poucos, essa forma historicamente específica de

---

como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...] Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana” (MEW 23, p. 86 ss).

<sup>18</sup> “Uma vez que, antes de que entrasse no processo, seu trabalho alienou-se dele mesmo, sendo apropriado pelo capitalista e incorporado pelo capital, este se materializa continuamente durante o processo em produto alienado [...] o próprio trabalhador produz continuamente a riqueza objetiva enquanto capital, alienado em relação a ele, poder dominante e explorador” (MEW 23, 596; ver também MEW 40, p. 512).

socialização não se apresente mais como feita pelo ser humano, mas sim como algo natural. Ideologizações não são simplesmente representações *falsas*, mas ecoam fielmente a aparência que surge no sistema. Só que essa aparência é superficial e não alcança de fato a coisa – como na *camera obscura*, em que a imagem aparece de cabeça para baixo (MEW 3, p. 26). Essa percepção falsificadora do todo que, ao mesmo tempo, é um efeito desse todo também é chamada por Marx – “para que seja compreensível para os filósofos” (MEW, p. 36) – de alienação. As pessoas não compreendem mais a sua própria sociedade se esta lhes surge como um poder externo, ainda que ela seja resultante das suas próprias ações sociais.<sup>19</sup> De acordo com essa análise, a alienação não desaparece mediante a sua simples menção. Uma vez que ela possui causas estruturais, sua superação não pode ocorrer apenas no pensamento. Ela tem de ser prática, como postulam as teses sobre Feuerbach. A crítica à alienação converte-se assim em política. Para Marx, cabe a partir daí estabelecer relações de propriedade e modos de produção nos quais as pessoas não mais se explorem nem se alienem mutuamente. Após o fim do socialismo real, essa macroperspectiva retrocedeu um pouco. De tudo o que foi dito, ainda é possível aprender algo para a prática cotidiana?

### **Crítica à alienação e os objetivos de uma prática possível**

Quem fala de prática não pode deixar de mencionar o neoliberalismo, uma vez que esse foi o principal acontecimento político das últimas décadas. Ele operou uma insidiosa contrarrevolução nos âmbitos mais diversos: Estados sociais foram desmontados, mercados de trabalho “flexibilizados” (leia-se: direitos trabalhistas foram suprimidos, e salários, reduzidos), cofres públicos enxugados, as políticas cultural, educacional e ambiental passaram a ser geridas segundo mecanismos de mercado (com consequências desastrosas), bens públicos

---

<sup>19</sup> “O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que surge por meio da cooperação dos diferentes indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a estes indivíduos, uma vez que a própria cooperação não é voluntária, mas natural, não como o seu próprio poder unificado, mas como uma força estranha que existe fora deles, que eles não sabem de onde vem e nem a que se destina, que eles, portanto, já não podem dominar, e que, pelo contrário, percorre uma série peculiar de fases e etapas de desenvolvimento, independente da vontade e do esforço dos homens e que dirige essa vontade e esse esforço” (MEW 3, p. 34).

foram privatizados em larga escala, fluxos financeiros e de mercadorias foram globalizados de forma massiva, o poder dos mercados financeiros se viu fortalecido e, com tudo isso, antigas desigualdades foram intensificadas de maneira inimaginável (BIEBRICHER, 2012). Assim, tornam-se obsoletos argumentos centrais contra a crítica à alienação que, nesse meio tempo, foram mobilizados pela teoria social: o Estado social obstruidor das lutas de classes e desmercantilizador – que, para Jürgen Habermas, desempenhava um papel central – há muito já não realiza aquilo que lhe fora anteriormente atribuído; ele antes impulsiona a oferta de empregos de baixa remuneração do que protege contra ela e, assim, mais gera desigualdades do que as elimina. (É otimista esperar lealdade a um Estado desses).

Desse modo, são colocados limites estreitos também à soberania dos indivíduos trabalhadores, com a qual contavam os críticos da alienação de Georg Simmel a Hermann Lübbe. Tampouco o consumo “individualizador”, no qual Ulrich Beck por exemplo apostava, ainda exerce uma função compensatória. Valem antes as críticas mais antigas de Erich Fromm ou Herbert Marcuse, que atribuíam ao consumo um *prolongamento* de mecanismos de alienação na vida privada (HENNING, 2015, cap. 9). Uma gigantesca indústria de publicitários e experts em comunicação e marketing invade ininterruptamente a vida das pessoas, por todos os canais, na intenção de levá-las a gastar dinheiro (sem que, em muitos casos, isso faça qualquer sentido). Quem não tem dinheiro foi, durante muito tempo, francamente levado a endividar-se, no intuito de fazer com que a máquina continuasse a funcionar.

O neoliberalismo, portanto, mudou muita coisa, mas essas mudanças não tornaram obsoleta a crítica à alienação; ao contrário, esta é agora mais relevante do que nunca. Mas para onde seguir, se o antídoto de uma economia central planejada, que envolveu seu próprio tipo de alienação (uma alienação do monstruoso Estado burocrático, tão injusto quanto ineficiente), não é mais uma opção? Antes de nos debruçarmos sobre os meios, é recomendável que reflitamos sobre os fins. De que objetivos se trata quando nos exprimimos contra a alienação pelo trabalho? Trata-se, principalmente, de colocar limites à exploração da força de trabalho de seres humanos por outros seres humanos. Limites são situados espacial e temporalmente; trata-se, portanto, de liberdade em relação



ao trabalho no espaço e no tempo: espaço livre e tempo livre. Para dizer de modo concreto, trata-se de criar e manter *mais espaços públicos livres*, que não sejam destinados apenas a fins econômicos privados: parques, florestas intactas, locais de lazer para crianças (parques infantis) e adultos (teatros ou quadras esportivas); enfim, mais bens públicos, cujo uso é mais bem definido por meio da participação da comunidade. Isso não apenas permite uma melhor qualidade de vida no cotidiano fora do trabalho, como também que esses bens permaneçam acessíveis ao cidadão comum – pois o acesso a eles não exige um longo deslocamento. Também é necessário lutar por *mais tempo livre privado*, sem que isso acarrete empobrecimento, de modo que as pessoas tenham mais tempo para si e para os seus e não se deixem definir apenas pelo trabalho. Mesmo no trabalho, o principal objetivo deve ser: *mais participação* com respeito aos conteúdos e das formas de trabalho (o que é produzido e como). Dessa perspectiva, demandas sindicais como a diminuição da jornada de trabalho, participação e equilíbrio entre trabalho contratado e trabalho temporário são bem-vindas. O que se pode aprender com Marx a respeito de tudo isso é, em especial, o lema: *think big!* Se não perdermos os objetivos de vista, as superações graduais da alienação sempre representarão uma vitória.

Em épocas anteriores já foi controverso se há alienação também em profissões criativas; no entanto, tais profissões só se tornaram tão importantes como reações à “crítica artista” ao capitalismo. Que ainda haja aí alienação pode ser posto em dúvida (NECKEL; WAGNER, 2013, p. 14 ss) por quem observa as hierarquias planas que geralmente podemos encontrar nesses domínios, a inclusão do potencial criativo dos trabalhadores e os espaços livres disponibilizados para as pessoas: com alguma sorte, pode-se trabalhar em equipe ou em casa ou ter uma carga horária flexível. No entanto, justamente essa exploração das forças individuais deve ser interpretada como uma *extensão* da alienação. Quando as empresas conseguem usar e direcionar a individualidade das pessoas para seus fins, a vontade de expressão criativa delas é instrumentalizada e desviada para fins corporativos; autoexploração e esgotamento completo podem ser as consequências. Isso ainda corresponde ao diagnóstico da alienação.

Como isso poderia ser enfrentado? O que seria uma micro-política des-alienadora (“apropriadora”)? Uma possibilidade consiste em proteger as fronteiras do privado ali onde, da parte dos empregadores, há um forte impulso de “dissolução das fronteiras” entre a vida e o trabalho: por exemplo, não responder a e-mails profissionais no tempo livre e não levar trabalho para casa.<sup>20</sup> Onde isso não é possível, vale o inverso: utilizar a jornada de trabalho cujas fronteiras foram dissolvidas e os recursos do empregador para seus próprios fins.<sup>21</sup> Outra possibilidade é a restrição da própria jornada de trabalho, o que também é recomendado de uma perspectiva ecológica ou ético-social. Se trabalho por menos tempo, o que acontece no trabalho tem uma influência menor sobre o resto da minha vida. Evidentemente, é necessário ter condições materiais para tanto, e é preciso que o empregador permita. Exerço alguma influência em relação ao primeiro aspecto se – como é tematizado na discussão sobre a “boa vida” (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2012, p. 18 ss, p. 165) – sou movido menos por bens materiais e mais por atividades dotadas de sentido: o tempo que ganho ao trabalhar menos para me dedicar àqueles que me são caros, a atividades culturais ou naturais, ou para produzir algo de próprio, compensa sob certas circunstâncias a perda material representada por uma remuneração menor. No que diz respeito à permissão por parte dos empregadores, alguns estão hoje mais abertos do que antes a empregos em tempo parcial; e onde isso ainda não acontece, é preciso lutar para tanto. Algumas instituições públicas oferecem a poucos assalariados até mesmo subvenções ou taxas de juros mais favoráveis – e, onde não é o caso, esse também seria um tema para disputas locais. Podem-se criar possibilidades de redução do trabalho, mas também utilizar as já existentes. Desse modo, adquire-se a possibilidade de *remover* as ambições pessoais do trabalho assalariado, tornando-se menos vulnerável a uma exploração do potencial subjetivo do trabalho.

Um terceiro ponto diz respeito ao poder de interpretação, especialmente acerca das próprias criações: mesmo onde as atividades criativas são controladas, é possível introduzir pequenos

---

<sup>20</sup> Quando o trabalhador “trabalha, ele não está em casa” (MEW 40, p. 514).

<sup>21</sup> Isso só é uma opção onde – como antes no setor criativo – o trabalho não é monitorado de maneira rigorosa. Entretanto, a vigilância aumenta em outros setores, como nas operadoras de caixa e no setor financeiro: “‘Seu Blackberry e sua credencial são tomados dele por homens corpulentos, ele não possui mais acesso ao e-mail do trabalho e tem cinco minutos para esvaziar sua mesa’, narra uma reportagem descrevendo o destino de um analista financeiro, demitido por ter tirado uma folga para ver sua mulher que estava doente” (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2012, p. 174).

desvios nos próprios produtos que não podem ser controlados pelo empregador ou pelo cliente, ou mesmo sequer notados.<sup>22</sup> Em contraste com reivindicações de um fim da “autenticidade”,<sup>23</sup> em muitos setores trata-se antes de criar espaços para uma atividade livre. Justamente num mundo do trabalho que acredita já ter convertido os impulsos da crítica à alienação em formas de trabalho mais flexíveis, a referência a promessas não cumpridas permanece um forte impulso.

HENNING, C. A. Alienation at work. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 37-57, jan./jun. 2017.

■ **Abstract:** *Due to the intensification of labor in recent decades complaints about work-related alienation are on the rise. But what exactly is alienation? Based on recent changes in the world of work, this paper aims to rephrase Marx’s theory of alienation in a way that reconnects it to current research in the sociology and psychology of work, and to practice. Four qualitative dimensions of experiences of alienation are distinguished, and four explanations for these experiences are offered.*

■ **Keywords:** *Labour. Alienation. Marxism. Critical theory.*

## Referências

BAKHTIN, M. *Rabelais und seine Welt. Volkskultur als Gegenkultur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995

BIEBRICHER, T. *Neoliberalismus zur Einführung*. Hamburg: Junius, 1992.

FROMM, E. *Psychoanalyse und Ethik. Bausteine zu einer humanistischen Charakterologie*. Gesamtausgabe, Band 2. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1980.

GIDDENS, A. *Modernity and Self-Identity*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

---

<sup>22</sup> Nem sempre isso funciona. Manchete recente do jornal suíço *20 Minuten*: “Bonequinha de bolo rejeitada – por causa da pele escura” ([www.20min.ch/schweiz/romandie/story/Kuchenfigur-abgelehnt--wegen-zu-dunkler-Haut-28613547](http://www.20min.ch/schweiz/romandie/story/Kuchenfigur-abgelehnt--wegen-zu-dunkler-Haut-28613547)).

<sup>23</sup> “Autenticidade é uma ideia cultural terrorista. Ela força as pessoas a procurarem a própria quintessência: mas geralmente essa quintessência não existe” (ILLOUZ, 2011).

HABERMAS, J. *Der philosophische Diskurs der Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

HENNING, C. *Theorien der Entfremdung zur Einführung*. Hamburg: Junius, 2015.

HENNING, C. 'Unkommerzielle Zonen'. Zur Empirie widerständiger Praktiken im Künstler-Alltag angesichts der Vermarktlichung von Kunst. In: MÜNNICH, S.; SACHWEH, P. (Orgs.). *Kapitalismus als Lebensform*. Wiesbaden, 2017.

HESMONDHALGH, D. Normativity and Social Justice in the Analysis of Creative Labour. *Journal of Cultural Research*, v. 14, n. 3, p. 231-250, 2010.

HOCHSCHILD, A. *The Commercialization of Intimate Life: notes from Home and Work*. Berkeley: University of California Press, 2003.

HUMBOLDT, W. v. Über die innere und äußere Organisation der höheren wissenschaftlichen Anstalten in Berlin. In: MÜLLER, E. (Org.). *Gelegentliche Gedanken über Universitäten*. Leipzig: Reclam, 2010, p. 273-283.

ILLOUZ, E. *Die Errettung der modernen Seele. Therapie, Gefühle und die Kultur der Selbsthilfe*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009.

ILLOUZ, E. Macht euren Kinderwunsch nicht von Liebe abhängig!. *Der Spiegel*, 11/10/2011.

JAEGGI, R. *Entfremdung. Zur Aktualität eines sozialphilosophischen Problems*. Frankfurt am Main: Campus, 2005.

JERICH, L. *Burnout: Ausdruck der Entfremdung*. Graz: Leykam, 2008.

KARGER, H. Burnout as Alienation. *Social Service Review*, v. 55, n. 2, p. 270-283, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. *Marx Engels Werke* (MEW). Berlin: Karl Dietz Verlag, 1956.

MAUSS, M. *Die Gabe. Form und Funktion des Austauschs in archaischen Gesellschaften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990.

NECKEL, S.; WAGNER, G. *Leistung und Erschöpfung. Burnout in der Wettbewerbsgesellschaft*. Berlin: Suhrkamp, 2013.

OTTOMEYER, K. *Ökonomische Zwänge und menschliche Beziehungen*. Soziales Verhalten im Kapitalismus. Reinbeck: Rowohlt, 1977.

RAGHURAM, S. Identities on Call: Impact of Impression Management on Indian Call Center Agents. *Human Relations*, v. 66, n. 11, p. 1471-1496, 2013.

ROSA, H. Arbeit und Entfremdung. In: DÖRRE, K.; SAUER, D. (Orgs.). *Kapitalismustheorie und Arbeit. Neue Ansätze soziologischer Kritik*. Frankfurt am Main: Campus, 2012, p. 410-420.

SCHULTEIS, F.; VOGEL, B.; GEMPERLE, M. (Orgs.). *Ein halbes Leben*. Biografische Zeugnisse aus einer Arbeitswelt im Umbruch. Konstanz: UvK, 2010.

SCHUMANN, M. Industriearbeit zwischen Entfremdung und Entfaltung. *SOFI-Mitteilungen*, n. 28, p. 103-112, 2000.

SIMMEL, G. Wandel der Kulturformen. In: \_\_\_\_\_. *Brücke und Tür*. Stuttgart: Koehler Verlag, 1957, p. 98-104.

SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. *How much is enough? Money and the Good Life*. London: Other Press, 2012.

SMITH, A. *Reichtum der Nationen*. Paderborn: Salzwasser Verlag, 2005.

YULL, C. Forgetting and Remembering Alienation Theory. *History of the Human Sciences*, v. 24, n. 2, p. 103-119, 2011.

WEBER, W. Call Center. In: HENNING, C. (Org.). *Marxglossar*. Berlin: Freitag, 2006, p. 55-68.

